

Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas: estratégias e táticas

Glória Diógenes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MENDONÇA FILHO, M., and NOBRE, MT., orgs. *Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa* [online]. Salvador: EDUFBA; São Cristóvão: EDUFES, 2009. 368 p. ISBN 978-85-232-0624-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas: estratégias e táticas.

Glória Diógenes

O pastor Miguel Brun me contou que há alguns anos esteve com os índios do Chaco Paraguai. Ele formava parte de uma missão evangelizadora. Os missionários visitaram um cacique que tinha fama de ser muito sábio. O cacique, um gordo quieto e calado, escutou sem pestanejar a propaganda religiosa que leram na língua dos índios. Quando a leitura terminou, os missionários ficaram esperando.

O cacique levou um tempo. Depois, opinou:

— Você coça. E coça bastante, e coça muito bem.

E sentenciou:

— Mas onde você coça não coça”

Eduardo Galeano

Quando li essa crônica tocante de Eduardo Galeano, imaginei o sentido inverso de sua fala no campo das expectativas de tantos educadores da atualidade. Visualizei salas de aula superlotadas, cadeiras enfileiradas, os olhos dos estudantes voltados para o quadro-negro. Diante deles, o educador e o seu esforço incessante em amortizar e evitar que todos aqueles corpos cocem e se movimentem. São impressões que registrei, assumindo lugares diversos no campo das experiências denominadas educativas; saí da Universidade, do meu lugar de educadora e acompanhei, por meio de atividades artísticas, durante quatro anos, adolescentes considerados rebeldes/violentos que no geral têm uma conflituosa relação com as escolas. Atuei como arte-educadora, em oficinas de rap, no denominado “*Projeto Enxame – fazendo arte com gangues e gaitas de rua*”¹. Além das oficinas de arte, visitei muitas esco-

las, essencialmente aquelas frequentadas pelos integrantes do Enxame, algumas ONGs, em Fortaleza e outras capitais do Brasil, com o objetivo de perceber os caminhos e estratégias da arte-educação no campo das práticas juvenis.

Em 2005², assumi a responsabilidade de constituir uma estratégia que tivesse como foco as crianças e adolescentes de Fortaleza, cujos direitos foram violados, ou, de outro modo, uma estratégia de ação que também contemplasse adolescentes em conflito com a Lei, acompanhados pelo município, em situação de Liberdade Assistida. Em 13 de julho de 1990, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; isso significa dizer que a natureza meramente punitiva, disciplinadora, que regia o código de menores (Lei n. 6.679, de 1979) e que se referendava na ideia de “situação irregular”, assume outra perspectiva e considera que o adolescente em conflito com a Lei encontra-se em “situação peculiar de desenvolvimento” e, conseqüentemente, como sujeito capaz de ressignificar suas experiências e transmudá-las. Como atender um quantitativo de uma média de 1.500 (mil quinhentos jovens) em situação de Liberdade Assistida e garantir a ampliação de suas redes de sociabilidade, a produção de práticas sociais reconstituindo os liames e as formas de ocupação dos bairros e da cidade, e como criar estratégias capazes de potencializar vocações e habilidades e formas de desenvolvê-los e expressá-los?

As atuais tendências das políticas públicas para juventude no Brasil serão aqui abordadas por uma perspectiva relativa ao âmbito da própria política pública e, simultaneamente, pela consideração do imaginário da juventude e de suas experiências coletivas. Parte-se do pressuposto que, de modo geral, no Brasil, tais experiências têm passado ao largo da esfera política de natureza mais formal (governo, partido, parlamento). Neste ensaio, tentarei integrar esses dois níveis de análise e me deterei em dimensões como:

a) **Definições em movimento: juventude e tentativas de decifração;** tomando como nóculo central de análise a natureza

“dura” das políticas públicas e o caráter plural e mutante das necessidades e desejos da juventude, iremos pontuar o vácuo de certas instâncias de comunicação entre esses dois âmbitos. Tomaremos como conceitos-chave o de “estratégia” e o de “tática” desenvolvidos por De Certeau.

b) No segundo tópico, iremos adentrar o plano do ideário que permeia algumas ações de **políticas públicas para juventude e exclusão social**. Movimentar-nos-emos pelo argumento: observa-se uma lógica pendular das políticas públicas desenvolvidas para esse segmento, elas oscilam, grosso modo, entre ações que buscam assegurar conquistas de natureza “econômicas” (profissionalização, geração de emprego e renda) e outras balizadas por conquistas “sociais” (cidadania, direitos, assistência e acesso à cultura).

c) Tomando como base um conjunto de vivências e reflexões constituídas no plano acadêmico, pelo diálogo profícuo com autores que pesquisam e atuam no campo da juventude, das iniciativas no plano de ações governamentais e não governamentais e tendo por base a minha atual experiência como gestora da Fundação da Criança e da Família Cidadã, da Prefeitura Municipal de Fortaleza, arriscarei, no terceiro tópico, **desenhar alguns parâmetros mínimos, que podem fornecer subsídios para uma política pública com ênfase na participação**, tendo como suporte metodologias mais concernentes à lógica e a dinâmicas diversas da juventude brasileira.

A nossa pretensão é apenas a de apontar alguns elementos capazes de fomentar e melhor qualificar os debates no campo das políticas públicas de juventude. Afinal de contas, esse é um desafio que precisa, cada vez mais, ser partilhado e assumido publicamente.

1) DEFINIÇÕES EM MOVIMENTO: JUVENTUDE E TENTATIVAS DE DECIFRAÇÃO

A juventude é um conceito que exige, de quem pesquisa e, mais ainda, de quem atua nesse campo de construção específico de políticas públicas, uma necessidade contínua de decifração. Ela representa o segmento que mais se define por suas práticas, por suas formas diversas de atuação e de experimentação do que mesmo por conceituações e referenciais estáveis e fixos.

Falar em juventude é movimentar-se em um campo ambíguo de conceituação. A juventude se constitui enquanto categoria social, no que tange a definição de um intervalo entre a infância e a vida adulta, apenas no final do século XIX, ganhando contornos mais nítidos no início do século XX. A juventude é uma invenção moderna, sendo, desse modo, tecida em um terreno de constantes transformações (DIÓGENES, 1998, p. 93).

Desse modo, qualquer esforço de registro acerca de sua condição, de seus modos de atuação, deve ter como referencial suas práticas, movimentos e esferas de sociabilidade.

No escopo desse artigo, tomaremos como eixo central as *estratégias* de construção de políticas públicas para juventude no Brasil, assim como as *táticas* diferenciadas de atuação desse segmento no campo das políticas e os constantes movimentos e redefinições das próprias políticas. Vale ressaltar que não temos a pretensão de aqui esgotar e nem muito menos abarcar a diversidade e a complexidade das políticas públicas de juventude em todo território brasileiro. Trata-se de um “ensaio” cujo objetivo é o de tecer algumas considerações acerca da natureza polimorfa e quase sempre fluida dessa política. Isso porque ela está quase sempre sujeita aos diferentes percursos e experimentações da condição juvenil: classe,

gênero, etnia, orientação sexual, vinculação com a arte e a cultura, dentre outros.

Para fundamentar essa percepção acerca da construção das políticas públicas para juventude no Brasil, tomaremos como referência os conceitos de tática e estratégia desenvolvidos por Michel de Certeau (1994). A distinção entre os dois conceitos reside principalmente no tipo de operação que se pode efetuar. Enquanto as estratégias referem-se ao cálculo (ou manipulação) das relações de forças circunscritas a um ambiente próprio de poder, a tática é a arte do mais fraco, sendo o “mais fraco” aquele que não está circunscrito a um espaço formal e instituído de poder. “Sem lugar próprio, sem visão globalizante, cega e perspicaz como se fica no corpo a corpo sem distância, comandada pelos acasos do tempo”, a tática se exerce na “ausência do poder”, na espreita, aguardando o momento certo para agir nos espaços da ordem dominante, ao contrário da estratégia, “organizada pelo postulado de um poder” (idem, p. 100-101). As estratégias de construção de uma política de juventude são quase sempre marcadas por movimentos, tensões e reconfigurações que se produzem no campo das práticas juvenis. A pesquisa acerca do “Perfil da Juventude Brasileira”, realizada em 2003³, assinala que as políticas públicas deveriam considerar não somente a dimensão formativa da juventude, mas também aquela referente à experimentação e à participação. Tudo isso porque o próprio entendimento acerca do que significa juventude, sua delimitação etária, tem sido atravessado por tensões entre posições diversas e esforços constantes de atualização conceitual acerca da temática. É que, orientadas por *táticas* diversas utilizadas pela juventude, em cada lugar, e em cada tempo, se produzem polifonias variadas em torno da condição juvenil.

A já mencionada pesquisa realizada, em 2003, na parte relativa a “Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática”, analisada por Paulo Krischke, adverte que:

... apesar de a abertura político-eleitoral ter possibilitado aos jovens votar a partir dos 16 anos de idade, eles aderem muito pouco à participação política convencional, o que não significa que sejam apolíticos. (Instituto de Cidadania e Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 284).

Para a juventude, as formas de participação política têm trilhado passos no campo da construção do que se poderia denominar de cultura política de juventude, fora de espaços partidários e das instâncias formais de participação política: movimentos de bairros e movimentos sindicais.

Desse modo, o critério de percepção dos modos de participação da juventude deve nascer da indagação do que significa fazer política para a juventude e de quais são seus referentes mais significativos. De certo modo, devemos também pôr sob espereita os referenciais acerca do “que significa fazer política” entre aqueles que pesquisam e constroem análises acerca do fenômeno da juventude no Brasil. Como afirma Lechner (1982, p. 17), ao menos em países como o Chile, fazer política é considerada uma atividade institucionalizada com limites relativamente nítidos: governo, parlamento e partidos. Essa noção de política se consubstancia sob o referente de estratégia destacada por De Certeau (1994). Ora, a juventude tem precisado traçar, cotidianamente, artimanhas para ocupar um espaço no mundo do trabalho e reconhecimento na esfera pública (embora sua principal demanda seja correlativa ao campo do trabalho); ora, ela tem precisado traçar suas táticas para além dos espaços restritos de mercado.

Parte significativa da juventude brasileira vive no foco ainda de outra tensão: representa o segmento-alvo da publicidade, da sedução do consumo e, concomitantemente, é ela que menos tem acesso aos bens de consumo constituídos sob seu signo e sua imagem. Sposito (2003), no seu estudo acerca das “trajetórias na construção de políticas públicas para a

juventude no Brasil”, adverte:

Ainda não foi garantido aos jovens brasileiros um patamar satisfatório ao sistema educativo (...) os índices crescentes de desemprego na última década atingiram sobretudo os jovens, pois cerca de 52% dos desempregados em 1996 tinham entre 10 a 24 anos de idade⁴ (p. 58).

Embora a juventude brasileira movimente-se sob o fogo cruzado de demandas básicas de sobrevivência, de oportunidades, que já deveriam estar asseguradas no plano das políticas de direitos humanos e assistência, atravessa tensões e desafios, talvez, ainda mais drásticos. Uma passagem de um escrito de Norbert Lechener, datado de 1982, nos parece bastante atualizado em que concerne ao quadro brasileiro:

Em los últimos anos la inseguridad física (delincuencia y abusos de poder) y la inseguridad económica (des-ocupación) parecerían haber aumentado nuevamente. Pero, como crear seguridad material em una situación de inseguridad normativa (? que es valido?) e inseguridad simbólica (? da onde pertenezco?) Hoy, más que antes, la política corcierne a estas dimensiones no-materiais (LECHENER, 1982, p. 25).

É no campo das experiências “não materiais” e, desse modo, não mediadas pelo signo da política nos moldes já mencionados (estado, governo, parlamento) que outras demandas e pautas significativas da juventude provocam transformações no modo já compactuado de construção e efetivação de políticas públicas. É balizada por tais percepções que Sposito (2003, p. 59) destaca um outro referente de política pública, utilizado por Rua (1998, p. 731), cujo foco central gira em torno da proposta do entendimento das políticas públicas “como um conjunto de decisões e ações destinadas à resolução do estado das coisas”, uma dimensão instituinte na construção das

políticas públicas. Sendo assim, as práticas culturais, artísticas e o campo do consumo não apenas devem ser considerados lugares relativos ao “fazer política” como também pautados como esferas de produção dos elementos essenciais relativos à formação de uma agenda de realinhamento das políticas públicas de juventude. Desse modo, uma política pública para juventude deve levar em conta aspectos que recortam o conjunto de suas experiências, suas formas de sociabilidade e as marcas e os códigos de linguagem que balizam suas linhas de comunicação e produzem um reconhecimento entre seus pares. Além disso, é válido ressaltar certo descrédito e esgarçamento no ideário relativo ao mundo moderno do trabalho, que tem marcado o imaginário da juventude brasileira. O esgotamento da ilusão de mobilidade e de ascensão social, que se depositou na ampliação de políticas públicas de educação profissional, além de uma maior valorização da esfera do consumo, exige um olhar amplo acerca das correlações entre modalidades de consumo e produção de modos de vida no campo da juventude.

Balizadas por uma percepção de um grau visível de rompimento da juventude com as esferas tradicionais da política, por uma necessidade cada vez mais precoce e emergencial de entrada no mercado de trabalho, e, paradoxalmente, a uma relativa resistência à disciplina e a normatização do mundo do trabalho, muitas políticas públicas para juventude pautam-se em iniciativas restritas de profissionalização e geração de renda sob parâmetros do mundo adulto. O mote dessas políticas é o tema da exclusão social da juventude de periferia e a produção de novas oportunidades no mundo do trabalho.

2) UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA JUVENTUDE E EXCLUSÃO SOCIAL

As políticas públicas para a juventude no Brasil têm se voltado primordialmente para iniciativas de *inclusão* de segmentos de jovens da periferia. As tensões e seduções da esfera do consumo produzem estilos e estéticas juvenis globais. Embora para os jovens de periferia o período de *moratória social* praticamente inexista e a pressão e necessidade de entrada precoce no mundo de trabalho são recorrentes em suas vidas, eles, como qualquer outro jovem, anseiam por criar seus estilos e ter a liberdade de exibí-los no espaço ampliado da cidade.

Faz-se necessário, para os jovens moradores de periferia, transpor os limites dos espaços “proscritos” para não apenas legitimar-se no campo de uma *estética juvenil globalizada*, como também possibilitar uma profusão de *estilos*⁵ por meio de “corpos panoramáticos” (CANEVACCI, 1990) que atuam nos espetáculos urbanos⁶. É sobre a forma do espetáculo que a cultura de massa faz seus registros. “É através dos espetáculos que seus conteúdos imaginários se manifestam. Em outras palavras, é por meio do estético que se estabelece a relação do consumo imaginário” (MORIN, 1990, p. 77). Os corpos dos jovens, corpos expostos em público, ao transpor os limites dos espaços segregados das periferias urbanas, mergulham no turbilhão de olhares e imagens da cidade “inscrita”, oficializando sua *existência*.

Uma existência ambígua. Por um lado, os jovens de periferia mobilizam-se por um sentimento de autoexclusão, de não pertencimento, movimentam-se na busca por uma ocupação no mundo do trabalho. Por outro lado, constituem formas de sociabilidade capazes de reforçar e produzir um sentimento de grupo e instaurar uma fortaleza dos mais *fracos*. Esse pêndulo, nem sempre mutuamente exclusivo, tem também orientado decisões e diretrizes de políticas públicas. Ora, as

instituições desenvolvem suas diretrizes de promoção de políticas públicas para a juventude tomando como parâmetro a *reinserção e criação de oportunidades no mundo do trabalho*; ora, têm movido seus esforços para ações comumente identificadas no campo do *resgate da autoestima e da promoção de participação e cidadania*. Um jornal do “terceiro setor”, a partir da pesquisa realizada por Sposito, em 2003, assinala:

Um dos pontos mais importantes constatados pela pesquisa foi que as práticas voltadas para a juventude de baixa renda apresentam uma dicotomia muito grande entre a integração material e a promoção da cidadania. As duas vertentes de práticas não se articulam, ou seja, quando o projeto trabalha a autoestima do jovem, não propicia a melhoria dos índices de escolaridade, emprego, renda e das condições de vida em geral. Ou, então, quando trabalha com a capacitação profissional, não se preocupa com o desenvolvimento da cidadania. Assim, segundo Marília Sposito, o jovem sai do projeto falando bem, valorizado, mas continua sendo de baixa renda. Aí, vai procurar um emprego e não encontra, o que volta a baixar sua autoestima. A questão é como combinar as duas esferas e como chegar a um ponto intermediário nas duas dimensões juvenis⁷

É esse realmente o desafio que se tem colocado na cena primordial das políticas públicas para a juventude em situação de exclusão social no Brasil. A pesquisa já citada, realizada pelo Instituto de Cidadania, no seu sumário conclusivo, entre as demais, destaca duas questões:

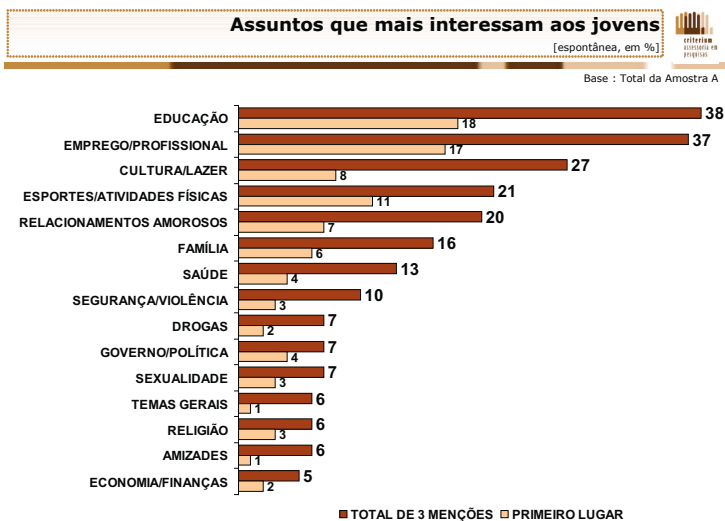
a) Associada à precariedade dos inseridos no mercado (informalidade e baixos salários), a dificuldade em conseguir trabalho sugere a juventude como alvo privilegiado de políticas públicas de emprego e de políticas de incentivo ao empreendedorismo juvenil.

b) Reconhecimento do Sebrae, ainda que por parte minoritária dos jovens, como instituição que apoia iniciativas

Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas: estratégias e táticas

do gênero, e a disposição manifesta de um em cada cinco jovens em participar de trabalhos sociais ou negócios voltados para suas comunidades, indicam que há um campo potencial considerável de convergências entre o Sebrae e este público, podendo-se acentuar o entrelaçamento de suas trajetórias.

O desafio é como propiciar ações de profissionalização e oportunidade posterior de absorção de jovens pelo mercado de trabalho e, concomitantemente, promovendo o desenvolvimento integral do sujeito, levando-se em conta os estilos, estéticas e linguagens juvenis? A pesquisa realizada em 2003 apresenta um quadro que pode ser bastante elucidativo como parâmetro para a construção de uma política pública de e para a juventude.



Observa-se que a “educação” vem em primeiro plano de interesse, sendo seguida por “emprego/profissional” e não muito distante, identifica-se a “cultura/lazer”. Tais parâme-

tros, principalmente em se tratando de juventude, não deveriam ser tomados ao pé da letra. Isso significa dizer que o desafio, provavelmente, não é o de saber o que a juventude tem priorizado e dado ênfase no campo das políticas públicas é, fundamentalmente, identificar o como fazer, como criar uma política com participação, representação juvenil e formas de consecução metodológicas que tenham um jeito e uma expressão relativa aos fazeres e saberes da juventude. Provavelmente, a tarefa central seja construir uma *estratégia* de política pública tomando como base concreta as *táticas* alinhavadas pelos grupos juvenis, seus desejos e formas pioneiras e criativas de ação.

3) DESENHANDO PARÂMETROS MÍNIMOS PARA UMA POLÍTICA PÚBLICA COM A JUVENTUDE “EXCLUÍDA”

Nesse tópico, destacaremos alguns aspectos e desafios de construção de políticas públicas para um segmento significativo no Brasil: a juventude das periferias, os comumente denominados excluídos. Nas duas últimas décadas, o Brasil esteve às voltas com um fenômeno, aparentemente crescente: a violência juvenil. A formação de gangues, galeras, torcidas organizadas de futebol, a proliferação de bailes *funk*, rivalidade territoriais produziu uma sociabilidade “para fora” e, concomitantemente, estranha aos espaços e práticas referenciadas e pactuadas na esfera pública. Frequentemente, a *mídia* e outras vozes de impacto público alardeavam acerca do perigo e do risco da presença insólita de jovens de periferia que ocupavam e ainda ocupam, em grupo e de forma ruidosa, espaços estratégicos das cidades.

Parte significativa do repúdio às formas inusitadas da presença *inesperada* desses adolescentes, em espaços públicos frequentados por moradores de nível de renda mais elevado,

vai ocorrer devido a ações do uso abusivo do espaço público: a cidade é o principal foco de sedução e, paradoxalmente, cenário de enfrentamentos e alvo de agressões, depredações e pichações. Signos da violência, práticas do espaço e estratégias de expressão e visibilidade pública tornam-se argamasas centrais na construção e ampliação de práticas de cidadania. Lugar e violência são motes para produção de práticas e experiências de cidadania. Por que a violência, os signos de rebeldia não se tornam a senha (e não a ordem, a normalização e a disciplina) das ações a serem tomados como base para produção de uma política pública de juventude? São códigos difundidos pelas gírias, adereços, tatuagens, delimitações territoriais, gritos de identificação das galeras, as pichações, os estilos e artefatos que os produzem, que possibilitam a percepção de formas de ocupação da cidade, de seus rituais de inscrição simbólica e do que poderíamos denominar de *inserção social às avessas*.

O desafio pode ser assim traduzido: ressignificar valores e atitudes dos adolescentes que se sentem excluídos e são realmente excluídos do acesso a equipamentos e serviços urbanos mais diversos, nos seus lugares de vida, nas suas práticas de espaço e, concomitantemente, interligá-los a toda rede de direitos que os constituam como sujeitos atuantes para além dos seus âmbitos costumeiros de atuação e vivência. Nossa empreitada é a de criarmos políticas para a juventude que, no geral, quando são distantes de suas aspirações, se apropriam ao seu próprio modo sem que se observe um envolvimento e uma mudança efetiva na condição de vida dos que usufruem dessas políticas.

Como fazer para que essas políticas traduzam as necessidades e aspirações dos jovens em situação de exclusão e produzam um efeito de construção e discussão coletiva?

Uma cidade zoneada, entrincheirada, controlada e descontrolada torna-se um cenário de confronto, um lugar de atua-

ção, demarcação, ocupação por meio e de um repertório de signos inscritos no tema ampliado da violência. Desse modo, qualquer estratégia de uma política pública para a juventude deverá tomar como ponto central o bairro, a comunidade, o espaço da cidade e os signos que produzem as inscrições sociais dos adolescentes. Essas juventudes em movimento, por meio da proliferação de turmas e suas delimitações do espaço, produzem sentidos e fluxos acerca da condição de ser e não ser morador da cidade que, no geral, acontecem de costas para as escolas e para os lugares da política institucional.

Desse modo, o eixo central de uma política pública para e com a juventude deve tomar o direito à cidade como seu foco estratégico. A partir desses pressupostos, vamos aqui arriscar apontar alguns ingredientes, partindo do nosso atual desafio da construção de uma política pública em Fortaleza com adolescentes e jovens. Obviamente, não temos como pretensão traçar um modelo ideal de política pública; apenas, estamos movidos pela responsabilidade de compartilhar alguns aspectos elucidativos dessa experiência.

a) Romper isolamentos, guetos, circunscrições e, de forma combinada, partir dos elementos que constituem e alimentam a lógica própria de cada esfera, seja em nível de ações públicas, seja em nível de movimentos juvenis, na tentativa de construir signos de fusão. Por exemplo: um jovem participante de uma gangue de pichadores de periferia possui uma rede de sociabilidade; que impacto teria o tão difundido conceito de ressocialização, amplamente difundido no âmbito das políticas sociais de juventude?;

b) Identificar a importância de estabelecer “nós” entre redes diversas de atuação e produção de ações significativas no âmbito da juventude: o sistema de garantia de direitos (juizados da infância e da juventude, ministério público, conselhos tutelares, delegacias especializadas); com a rede socioassistencial (educação, saúde, cultura, esporte/lazer, assistência); as experiências desenvolvidas por agentes comunitários e outras relativas às redes

informais e alternativas criadas pelos próprios jovens (coletivos de arte, de música, de movimentos estudantis, religiosos, dentre outros);

c) A importância de envolvimento e participação direta dos Conselhos Municipais da Criança e do adolescente e dos Conselhos de Juventude nessa tarefa. De outro modo, ultrapassar as vias institucionais e construir uma sintonia em nível das malhas de experiências locais;

d) A partir dessa formação de redes, devem-se construir patamares coletivos para a produção de uma política que possa contemplar as *táticas* cotidianas e coletivas de vivências e dinâmicas juvenis e as *estratégias* de formalização dessa política, no âmbito das instituições formais;

e) Tomar referentes pontuais de pesquisas e decisões de “especialistas” como a tão compactuada crença – aquilo que os jovens mais precisam, prioritariamente, é de oportunidades de trabalho e primeiro emprego – como um sinal que deve, posteriormente, assumir os matizes próprios de aspirações da juventude. Certamente, o referente trabalho que norteia tais políticas não é o mesmo referente que pontua o discurso e as aspirações do universo juvenil;

f) Descentralizar as políticas de juventude, ultrapassar as salas, os auditórios, os gabinetes de espaços de decisão de poder e produzir uma política que atue no lugar no qual as coisas aconteçam, nos lastros de sentidos compactuados por pessoas, grupos e comunidades. As mudanças ocorrem “por dentro” dos acontecimentos; são nas identificações e potencializações de *táticas* locais que se produzem indicadores eficazes para a construção de *estratégias* de inclusão social;

g) Romper com a lógica restrita da carência, do campo limitado das necessidades da juventude e mapear e atuar no campo da potência, das vocações e habilidades, das experiências que produzem intensidade e encantam pela possibilidade do “fazer juntos” e de modo diverso;

h) Tomar o corpo como lugar de experiência, de produção de marcas territoriais e de sintonia com uma palavra que afete o jovem, de uma política que possa “instigá-lo” a “botar o corpo dentro”, movimentá-lo no seu âmbito de ação e produzir novos referentes e novas metodologias na esfera das políticas públicas. Devem-se levar em conta as relações de gênero e a diversidade de orientação sexual; referentes esses que muitas vezes restringem, estigmatizam e excluem formas diversas de condições e opções de vida;

i) Produzir e fomentar iniciativas no âmbito da economia criativa tomando experiências significativas (na esfera da arte e da cultura) e estimular ações no campo da autogestão e da economia solidária com a perspectiva de produção de alternativas para além das oportunidades que pontuam o campo restrito do emprego formal;

j) As iniciativas relativas ao “fazer política” da juventude estão intrinsecamente relacionadas ao campo da intervenção e da produção artístico-cultural. Por isso, experiências de arte-educação podem fazer comunicar *táticas* de experimentação no âmbito juvenil, capazes de fundamentar e dar suporte a elementos *estratégicos* para construção de uma política pública. O contato inicial com a arte é quase sempre decodificado pelo jovem pelo que ele já tem consolidado e vivido como experiência de sociabilidade e códigos de valores compactuados.

Essas linhas de projeções acima delineadas foram embaladas pela necessidade e vontade de ampliar os espaços e temas de debate no âmbito das políticas públicas de juventude. Em suma, poderíamos resumir uma percepção que é comum a todos os tópicos apresentados acima, cuja palavra de ordem se pauta no enlace de significações diversas e a construção de signos de comunicação e de encontro: a produção de significados compartilhados. Resignificar com a finalidade de produzir outras figurações visuais, estéticas, orais, imaginativas

para conteúdos limitados, pré-conceituados, normatizados sobre si e sobre o mundo, significa produzir um leque de possibilidades, de multiplicidades para dimensões intrinsecamente lineares e limitadas, como tantas vezes escutei – sou um jovem pobre de periferia, não tenho futuro – para outro cenário das possibilidades de si, com a força e a eloquência dos que sabem que são portadores de direitos e movem-se pelas vias habitadas por tudo aquilo que desejam de mais encantador e pleno para o desenvolvimento de suas vidas.

NOTAS

¹ Essa experiência de criação e coordenação da ONG Enxame ocorreu durante o período de tempo relativo ao ano 2000 até o final de 2004, no Morro Santa Terezinha, em Fortaleza.

² Na qualidade de Presidente da Fundação da Criança e da Família Cidadã da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

³ A pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira* é uma ação do projeto *Juventude/Instituto Cidadania*, com a parceria do *Instituto de Hospitalidade* e do *Sebrae*. Foi realizada sob a responsabilidade técnica da *Criterion Assessoria* em Pesquisas, retomando e ampliando temas e questões investigadas em outubro de 1999 pelo *Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo*. Trata-se de um estudo quantitativo, realizado em áreas urbanas e rurais de todo o território nacional, junto a jovens de 15 a 24 anos, de ambos os sexos, em 2003.

⁴ Segundo os dados do IBGE, em 2000, a população compreendida entre 15 e 24 anos atingia 33 milhões, que representa 19 a 21% da população.

⁵ Helena Abramo (1994) ressalta que o “estilo não é simplesmente o conjunto de traços que se pode observa num artefato. Ele pressupõe a criação consciente (através de uma eleição intencional de um conjunto de traços com um princípio de ordenação, na qual existe a intenção de diferenciação em relação a outros artefatos. São as dimensões da escolha intencional e da distinção de um padrão, que são ressaltadas nessa formulação” (p. 87)

⁶ Ver Helena Abramo. In: *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*, Sertita, 1994.

⁷ *Jornal Setor 3 - terceiro setor em rede. Ação Educativa apresenta pesquisa com 14 indicadores de boas práticas voltadas à juventude de baixa renda e escolaridade*, Laura Giannechini, 11/8/2004.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis-punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo, Sritta, 1994.

CANEVACCI, Máximo. *A Antropologia da Comunicação Visual*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano – As artes de Fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

DIÓGENES, Glória. *Cartografias da Cultura e da Violência – gangs, galeras e o Movimento hip hop*. São Paulo: Annablume, Fortaleza: Secretaria da Cultura e do Desporto, 1998.

GALEANO, Eduardo. *O Livro dos Abraços*. Rio de Janeiro: L&PM, 1997.

INSTITUTO DE CIDADANIA E FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, *Perfil da Juventude Brasileira*. São Paulo, 2003.

LECHENER, Norbert. *Que significa hacer política?* Lima, Desço, 1982.

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX*. Volume 1: Neurose, Rio de Janeiro, Forense, 1990.

SPOSITO, Marília. *Políticas Públicas: Juventude em pauta*. In: DE FREITAS, Virgínia et DE CARVALHO, Fernanda. São Paulo, Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e I formação. Fundação Friedrich Ebert, 2003.

VOGEL, Arno. A Cidade como fascínio de descaminho. In: *O Trabalhador e a rua*, São Paulo, Flacso/Unicef/Cortez, 1991.

OUTRAS FONTES

* *Jornal Setor 3 - Terceiro Setor em Rede. Ação Educativa apresenta pesquisa com 14 indicadores de boas práticas voltadas à juventude de baixa renda e escolaridade*, Laura Giannechini, 11/8/2004